

Rio de Janeiro-RJ, 29 de abril de 2016.

Ao

**Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Rio de Janeiro - CAU/RJ**

At.: Conselho Federal e Conselho Diretor

**Ref.: Relatório de recomendações**

Prezados Senhores,

Estamos encaminhando aos cuidados de V.Sa., nosso relatório de recomendações sobre os trabalhos realizados relativos à auditoria das demonstrações contábeis do exercício findo em dezembro de 2015 do Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Rio de Janeiro - CAU/RJ.

Aproveitamos esta oportunidade para agradecer a colaboração recebida da equipe interna durante a execução dos nossos trabalhos e colocamo-nos à sua disposição para quaisquer esclarecimentos adicionais.

Cordialmente,



Fernando Eduardo R. dos Santos



Ricardo de Albuquerque Cavalcanti

# Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Rio de Janeiro - CAU/RJ

---

## Relatório de recomendações

# Índice

---

<b>1. Introdução</b>	<b>4</b>
1.1. Objetivo dos trabalhos	4
1.2. Metodologia	4
1.3. Significância dos pontos de recomendação	4
1.4. Classificação dos pontos levantados	5
<b>2. Pontos de recomendação - controle interno</b>	<b>6</b>
2.1. Divulgações obrigatórias às demonstrações contábeis	6
2.2. Ausência de relatórios gerenciais como instrumento de controle interno	7
2.3. Falta de Provisão Estimadas de Créditos de liquidação Duvidosa.	7
2.4. Imobilizado - adequação à vida útil dos bens do ativo imobilizado	8

# 1. Introdução

---

## 1.1. Objetivo dos trabalhos

Como parte de nossa auditoria das demonstrações contábeis do exercício findo em dezembro de 2015, efetuada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, do **Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Rio de Janeiro - CAU/RJ** ('Entidade'), obtivemos um entendimento dos controles internos que consideramos relevantes para o processo de auditoria, com a finalidade de identificar e avaliar riscos de distorção relevante nas referidas demonstrações contábeis e determinar a época, natureza e extensão dos nossos exames de auditoria.

## 1.2. Metodologia

Avaliamos os controles internos relevantes na extensão necessária para planejar os procedimentos de auditoria que julgamos apropriados nas circunstâncias para emitir uma opinião sobre as demonstrações contábeis e não para expressar uma opinião sobre a eficácia dos controles internos. Assim, não expressamos uma opinião ou conclusão sobre os controles internos do **Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Rio de Janeiro - CAU/RJ**.

A Administração da Companhia é responsável pelos controles internos por ela determinados como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. No cumprimento dessa responsabilidade, a Administração fez estimativas e tomou decisões para determinar os custos e os correspondentes benefícios esperados com a implantação dos procedimentos de controle interno.

Em atendimento à norma brasileira de auditoria NBC TA 265 - Comunicação de Deficiências de Controle Interno -, no processo de avaliação de riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis e durante o processo de auditoria, identificamos deficiências nos controles internos, para as quais medidas corretivas devem ser consideradas. A responsabilidade de avaliar as deficiências e tomar medidas corretivas é da Administração do **Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Rio de Janeiro - CAU/RJ**.

Cabe destacar que os assuntos reportados não representaram riscos de distorções relevantes para demonstrações contábeis, individuais, referentes ao exercício findo em dezembro de 2015, bem como não afetaram a nossa opinião emitida no relatório de auditoria datado de abril de 2016.

## 1.3. Significância dos pontos de recomendação

De acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria e regulamentações específicas de nossa jurisdição, o auditor deve reunir e comunicar por escrito todas as deficiências ou ineficácias significativas dos controles internos que foram identificadas, bem como outras que sejam de importância suficiente para merecer a atenção da Administração. As recomendações do auditor

independente são divulgadas neste relatório de forma segregada entre significativas das outras recomendações<sup>1</sup>.

#### 1.4. Classificação dos pontos levantados

##### Classificação

Assuntos relevantes	
Recomendações de melhorias	

---

<sup>1</sup> De acordo com a Instrução CVM 308/99 o auditor independente deve apresentar seu relatório de recomendações segregando os pontos entre os significativos dos não significativos. Para fins de preparação deste relatório e aplicação geral a todas as Entidades, consideram-se outras recomendações aquelas que durante a execução dos trabalhos poderiam ser comunicadas de forma verbal, por exemplo (parágrafos A22 a A26, conforme previsto na NBC TA 265), bem como aquelas recomendações que não se encaixam com o mencionado nos parágrafos A5 a A11 da referida norma de auditoria.

## 2. Pontos de recomendação - controle interno

---

### 2.1. Divulgações obrigatórias às demonstrações contábeis

#### Situação atual

As notas explicativas às demonstrações contábeis requerem aprimoramento dos registros contábeis conforme as normas nacionais e internacionais de contabilidade aplicadas ao setor público, principalmente em função da não divulgação dos seguintes itens:

- i) ausência de divulgação das políticas contábeis adotadas na elaboração e na apresentação das demonstrações contábeis;
- ii) ausência de divulgação das composições analíticas das principais variações patrimoniais;
- iii) ausência de divulgação das alterações de políticas contábeis eventualmente efetuadas;
- iv) ausência de divulgação dos critérios de mensuração das principais estimativas contábeis incluídas às demonstrações contábeis, tais como, provisão para contingências, provisão de férias e 13º salário e valor justo dos ativos financeiros;
- v) ausência de divulgação dos saldos comparativos correspondentes nas composições analíticas das principais contas contábeis.

#### Recomendação

Que a administração formalize um “Check list” de divulgações obrigatórias.

#### Classificação



## 2.2. Ausência de relatórios gerenciais como instrumento de controle interno

### Situação atual

Relatórios gerenciais são procedimentos bastante eficazes para fins de acompanhamento do desempenho dos negócios e também para fins de controle interno, pois possibilita a conciliação dos valores apresentados na contabilidade e uma forma efetiva o acompanhamento do orçamento da empresa x realizado.

### Recomendação

Recomendamos que a Entidade considere a adoção de relatórios gerenciais, principalmente em seu sistema de informática. Estes relatórios podem incluir análises tais como volume de boletos emitidos mensalmente por tipo; evolução das dos pagamentos de boletos emitidos e não pagos; orçado x realizado, etc. Tendo em vista a melhora no acompanhamento do quadro de recebimentos do Conselho, além de fornecer ferramentas para que os procedimentos de cobrança sejam efetuados de maneira eficiente.

### Classificação



## 2.3. Falta de Provisão Estimadas de Créditos de liquidação Duvidosa.

### Situação atual

A Entidade possui registrado em 31 de dezembro de 2015, na rubrica Créditos de Curto Prazo do ativo circulante o montante de R\$705 mil, dos quais R\$255 mil correspondem a créditos a receber com anuidades de pessoas físicas e jurídicas de exercícios anteriores.

Todavia, a Entidade não possui critérios formais para constituição de eventuais provisões para perdas desses montantes.

### Recomendação

Considerando que a ausência de uma adequada análise e cobrança de títulos em atraso podem acarretar em perdas financeiras para entidade, recomendamos que sejam implantados controles que visem aumentar a efetividade da cobrança dos títulos em atraso.

Recomendamos também que a administração defina um critério para a determinação do montante a ser registrado como provisão para créditos de liquidação duvidosa e que a provisão possa ser revisada mensalmente.

### Classificação



## 2.4. Imobilizado - adequação à vida útil dos bens do ativo imobilizado

### Situação atual

Não nos foram apresentadas as fundamentações técnicas formais em relação aos percentuais das vidas úteis utilizados nos cálculos das depreciações dos bens do ativo imobilizado.

Conseqüentemente, não nos foi possível determinar se havia necessidade de ajustar esses valores.

### Recomendação

Mantendo as taxas de depreciação utilizadas atualmente recomendamos que seja elaborada uma norma técnica aprovada internamente com controles auxiliares para dar suporte as taxas utilizadas e aos valores líquidos dos bens.

### Classificação

